

“JORNAL NÓS MULHERES” (1976-1978): MULHERES NEGRAS E RELAÇÕES DE TRABALHO NA IMPRENSA FEMINISTA

Vaníria Lima¹

Resumo

Os debates sobre a atuação das mulheres negras no mercado de trabalho vêm ganhando destaque ao longo das décadas. É sobre esse tema, que o presente artigo versará. A análise parte do tabloide intitulado *Nós mulheres*, jornal feminista, publicado durante o período ditatorial na cidade de São Paulo, pela Associação de Mulheres. A maioria das páginas tratava sobre trabalho feminino, tema ainda pertinente no contexto social contemporâneo. Inicialmente, este artigo apresenta a relevância do jornal como veículo informativo e de conscientização quanto aos direitos das mulheres, sobretudo, trabalhistas, entre os anos 1976 - 1978. Em seguida problematiza as discriminações de gênero e raça pelas quais as mulheres negras historicamente têm sido suscetíveis.

Palavras-chave: Mulheres negras. Relações de trabalho. Imprensa feminista

Introdução

O *Jornal Nós mulheres*, foi caracterizado como imprensa alternativa, termo conceituado, conforme Kucinski (1991, p. 86), como “movimento de base jornalística, cuja reivindicação específica é a de praticar um determinado tipo de jornalismo possível apenas fora do mercado convencional”. O referido jornal circulou durante dois anos e publicou oito edições irregulares.

Foi idealizado para tratar demandas femininas, mas a partir da primeira edição o trabalho se sobressaiu e se manteve como o assunto mais discutido pelas escritoras. Desde o primeiro momento, afirmou-se com um jornal feminista. Trazia em suas linhas um tom de intimidade entre as mulheres, inédito até então na história da imprensa feminina, o que aproximava as jornalistas das mulheres dos estratos sociais subalternos. Até a quarta edição, o jornal não demonstrava distinção de raça entre as mulheres, entretanto, a partir desse momento, começou a apresentar questões que atingiam particularmente as mulheres negras.

¹ Graduada em História pela Universidade Federal do Oeste da Bahia. E-mail: vaniria.87@gmail.com.

O presente artigo partiu da análise das oito edições publicadas, tendo em vista que o trabalho feminino constitui-se no assunto mais discutido pelas jornalistas daquele jornal. Questões voltadas para o trabalho, como sindicalização, custo de vida, creches, etc., ocuparam mais números de páginas do que os tópicos voltados para o corpo e a sexualidade, como sexo, aborto, métodos anticoncepcionais. O número de vezes que esses assuntos foram discutidos foram inferiores as discussões sobre relações de trabalho feminino. Não obstante, ao perceber que as mulheres negras possuíam demandas específicas, e que compunham quantidade expressiva da mão de obra das indústrias, o jornal *Nós Mulheres* abriu espaço para que pudessem problematizar questões de gênero e raça nos ambientes de trabalho.

Relações de trabalho feminino: assunto sempre na pauta do *Jornal Nós Mulheres*

Dentre as diversas reivindicações atinentes ao lugar ocupado pela mulher na sociedade, as questões em torno da inserção justa no mercado de trabalho apareceram com destaque no editorial nº 1, transmitindo com um tom de coletividade a seguinte reclamação: “achamos que NÓS MULHERES devemos lutar para que possamos nos preparar, tanto quanto os homens, para enfrentar a vida. Para que tenhamos direito à realização. Para que ganhemos salários iguais quando fazemos trabalhos iguais”. (NÓS MULHERES, 1976, s.p.). Apesar do jornal – fonte do texto aqui desenvolvido – retratar de um passado de quase meio século, a luta por direitos iguais entre os gêneros, não nasceu nesse contexto. Segundo Fraccaro (2018, p. 75), “ideais de igualdade entre mulheres e homens estavam em formação desde o século XIX”. O tabloide por sua vez, foi o instrumento pelo qual, no meio da efervescência política da década de 70, as mulheres reacenderam a chama da luta por igualdades tanto em relação ao salário, como em relação ao respeito e às oportunidades profissionais, desejo que há muito vinha sendo buscado, portanto sem sucesso significativo. A luta empreitada pelas feministas desse contexto materializou a continuidade do processo encetado outrora.

Conforme Teles e Leite (2013), tanto o *Nós Mulheres* como o *Brasil Mulher*², priorizam a mulher trabalhadora e revelaram-se como jornais preocupados com a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Segundo as autoras, “Os dados revelam que 22% das

² A fonte da pesquisa em tela é o *Jornal Nós Mulheres*, no entanto o *Jornal Brasil Mulher* é referenciado com o intuito de fazer um paralelo ao modo que cada jornal priorizava e abordava os assuntos retratados.

páginas centrais do *Brasil Mulher* são dedicadas a matérias sobre o trabalho; no *Nós Mulheres* este percentual se eleva para 48%”. (TELES; LEITE, 2013, p. 109). Sendo trabalho feminino, o assunto preponderante no jornal *Nós Mulheres*. A obra de Moraes (2017) traz uma matéria jornalística sobre o Jornal *Nós Mulheres* escrita por Maria Rita Kehl³, que apresenta um comentário que define bem o modelo jornalístico do tabloide.

O *Nós Mulheres* é feito quase integralmente em torno de donas de casa da periferia, operárias, empregadas domésticas, varredoras de rua. Pessoas localizadas no ponto de confluência de dois grandes problemas sociais: o da mulher e do trabalhador, dessa maneira *Nós Mulheres* demonstra na prática (e a partir do conteúdo dos depoimentos) a relação intensa e necessária no modelo social, dito ocidental, entre essas duas posições (MORAES, 2017. p. 56).

Ao darem início ao projeto de jornal alternativo, voltado para as mulheres, focado principalmente nas questões trabalhistas, as escritoras, mulheres letradas, demonstraram que o local econômico-social subalternizado ocupado pelas mulheres nos postos de trabalho, em todas as classes sociais, causava prejuízos para todas, que essa era uma causa coletiva, que cabia a todas as mulheres. Há indícios, que as escritoras já entendiam que a subalternidade estava relacionada ao gênero, portanto externar suas demandas foi uma maneira de dar voz a classe trabalhadora feminina. Desse modo, como prática feminista o jornal objetivou levar informações às mulheres, sobretudo no que dizia respeito aos direitos trabalhistas. Pinto (2003, p. 45), pondera que:

O movimento feminista, em países como o Brasil, não pode escapar dessa dupla face do problema: por um lado, se organiza a partir do reconhecimento de que ser mulher, tanto no espaço público como no privado, acarreta consequências definitivas para a vida e que, portanto, há uma luta específica, a da transformação das relações de gênero. Por outro lado, há uma consciência muito clara por parte dos grupos organizados de que existe no Brasil uma grande questão: a fome, a miséria, enfim, a desigualdade social, e que este não é um problema que pode ficar fora de qualquer luta específica.

É plausível que o contexto político, social e econômico da época tenha levado as jornalistas a perceberem que não era o momento ideal para falar sobre problemas que

³ Maria Rita Kehl foi jornalista entre 1974 e 1981, tendo publicado artigos em diversos jornais e revistas de São Paulo e do Rio de Janeiro. Editou a seção de cultura nos jornais *Movimento* e *Em Tempo*, periódicos de oposição à ditadura militar.

interessavam apenas às mulheres de classe média, com demandas diferentes dos demais grupos sociais. Entretanto, é pertinente considerar que ao dar ênfase aos problemas sociais das mulheres da periferia, o Jornal *Nós Mulheres* de fato não atuaria apenas na perspectiva de um feminismo voltado para as mulheres de estratos econômicos dominantes traria, de alguma forma, todas as mulheres para os debates políticos.

A pauta “trabalho feminino” ocupou quantidade significativa das páginas da edição nº 1 do Jornal *Nós Mulheres*, especialmente aqueles caracterizados como subempregos, que exigiam pouca qualificação e que, por conseguinte eram ocupados por mulheres pobres - que as matérias, os registros fotográficos e os depoimentos fornecem várias provas circunstanciais que eram em sua maioria, mulheres negras. Neste número o jornal contemplou; operárias – em três reportagens distintas, sendo uma delas a matéria destaque da edição, donas de casa, empregadas domésticas, trabalho informal, varredoras de ruas, abordou ainda, salário mínimo, direitos trabalhistas e creches. A primeira edição foi desenvolvida quase em sua totalidade em torno do tema, trabalho. Todas as matérias traziam um tom de denúncia e de reivindicação. Na reportagem sobre empregadas domésticas o tabloide lança a subsequente chamada:

Cozinheiras, arrumadeiras, lavadeiras, diaristas, elas representam 32% da força de trabalho feminina. Que não têm limites no horário de trabalho, dormem num quarto de despejo, cortadas do seu meio social, sem entretanto pertencer àquele no qual vivem durante 6 dias por semana e ganhando um salário arbitrário. Em São Paulo elas são 300 mil; no Rio 200 mil. Quantas serão pelo resto do Brasil? Qual a sua história? (NÓS MULHERES, nº1, Junho, 1976, n.p).

Os relatos mostrados pelo jornal denunciavam a realidade de um grupo de trabalhadoras que, por não possuir legislação específica que lhes resguardassem os direitos trabalhistas, caracterizavam-se como uma parcela da mão de obra feminina ainda mais vulnerável, explorada e marginalizada, economicamente. O jornal problematizou a contratação informal, que remunerava abaixo do trabalho formal e não garantia nem os direitos trabalhistas mínimos, todavia era praticada por empresas de vários segmentos, configurando-se como prática arbitrária de exploração da mão-de-obra feminina.

Na matéria sobre as mulheres garis, as entrevistadas relataram que a função era rejeitada pelos homens e por isso aos poucos, as vagas foram sendo ocupadas por mulheres. Nesse sentido, Saffioti (2013, p. 60), argumenta que “categorias subalternas, operam segundo

as necessidades e conveniências do sistema produtivo de bens e serviços”. Papéis que as mulheres varredoras exerceram no mercado de trabalho desse contexto, por não possuírem oportunidades em outras áreas, assumiram o trabalho rejeitado pelos homens, no entanto ganhavam menos para realizar a mesma tarefa, outrora realizada por eles.

A reportagem principal da edição nº 1 tratou das mulheres operárias, neste espaço o jornal trouxe o depoimento de uma tecelã. Ela falou sobre os inúmeros problemas enfrentados pela mulher trabalhadora naquele contexto. Entre outras queixas, a dupla jornada de trabalho e a sobrecarga do trabalho doméstico:

-Puxa vida! Vou te dizer! O trabalho mais desgraçado que existe [trabalho doméstico] eu sempre trabalhei em fábrica e trabalhei na enxada – mas eu acho que o pior de tudo é ser dona de casa. É o pior serviço que tem. Você trabalha na enxada, você vai carpir um pedaço de terra, quando você chegou no fim, você carpiu. Aquela terra tá carpida. Durante um mês você não tem que fazer mais nada. Se você tá trabalhando nos teares, quando terminou sua hora, você deixa pra outra continuar o serviço e terminou. Agora, em casa, você não termina nunca. Você acabou de lavar uma xícara, daí cinco minutos ela está suja no lugar de onde você tinha tirado ela antes. Então você não ganha nada, trabalha o dia inteiro, e, outra coisa e se já não bastasse você não receber nenhum tostão por esse serviço, ninguém reconhece. (NÓS MULHERES, nº1, Junho, 1976, s.p.).

Esta fala traduz as dificuldades de um número de mulheres que eram trabalhadoras e donas de casa, não obstante, as palavras poderiam ser proferidas por uma mulher que vive nos dias atuais, portanto essa é uma queixa atemporal. O testemunho denunciou como as tarefas domésticas eram fatigantes e como o fato da atribuição ser “naturalmente” feminina comprometia (e ainda compromete) o desenvolvimento profissional das mulheres. Nesse aspecto, não houve mudanças significativas, pois o peso do acúmulo de trabalho sobre as mulheres continuam produzindo praticamente os mesmos efeitos e aquelas que necessitam trabalhar, estudar, cuidar dos filhos e da casa acabam cumulando tais funções.

Aquela tecelã reclamou da desigualdade salarial, da ineficiência da legislação trabalhista e opinou sobre a baixa participação feminina nos sindicatos, que naquele contexto apresentava-se como espaço de fortalecimento da classe trabalhadora. Para além de ganharem menos, as mulheres precisavam cuidar da casa, dos filhos e ainda deviam obedecer aos maridos, que muitas vezes não as permitiam participar das reuniões, de modo que não sobrava nem tempo e nem energia para a participação feminina nos sindicatos. Segundo ela, a pouca

participação sindical feminina é consequência da dominação masculina e do excesso de trabalho doméstico. Destarte, mesmo após o aumento do número de filiações femininas a partir de 1976, a efetiva participação das mulheres nas direções e nas decisões continuou ínfima, a exemplo, da organização do Congresso das operárias da metalurgia de São Bernardo em 1978, que segundo Souza-Lobo, (1991, p. 42).

Foi organizado pela direção sindical, que não incluía nenhuma mulher. Para os dirigentes sindicais, o congresso só tinha por objetivo estimular a participação das mulheres nas lutas sindicais pois, apesar do aumento do seu número na “categoria”, elas permaneciam praticamente ausentes das atividades sindicais, das assembleias e dos últimos congressos.

Foram muitas as barreiras que impediram as mulheres de ocupar espaços de relevância política dentro dos sindicatos. As fontes aqui usadas revelam que a filiação feminina por si só não significou a participação real das mulheres, contudo mesmo após as inserções delas, os sindicatos afiguravam como local de pouca participação e de nula autonomia feminina, onde a supremacia masculina prevalecia.

No que se refere à ascensão profissional dentro das fábricas, foi mencionada a dificuldade das mulheres alcançarem cargos de chefia. Para elas, essa possibilidade era difícil de concretizar-se, apenas em casos excepcionais trabalhadoras conseguiam chegar aos cargos de chefia e mesmo recebendo a nomenclatura de chefes, segundo elas, não tinham autonomia para tomar decisões importantes, continuavam obedecendo a algum superior hierárquico do sexo masculino.

Sobre condições de trabalho no interior das fábricas, várias trabalhadoras reclamaram até mesmo da impossibilidade de usar os banheiros com privacidade. Os depoimentos apontam que o direito básico das operárias irem ao banheiro, era naturalmente violado. Em trabalho de pesquisa realizada com as operárias, Souza- Lobo (1991, p. 36) considerou:

A vida cotidiana das operárias está submetida a constantes implicâncias referentes às idas aos banheiros, ao consumo de cigarros e às movimentações no interior da fábrica, que se traduzem concretamente, por partes dos chefes, em punições frequentes, recriminações repetidas, ameaças ou palavras ofensivas.

As punições arbitrárias e ilegais se materializaram de diversas maneiras. Apesar de a prática configurar-se abusiva acontecia com frequência dentro das indústrias. Quanto aos temas/problemas, o Jornal *Nós Mulheres* mostrou que não eram individuais, mas sim, coletivos, vários grupos distintos de trabalhadoras relataram problemas convergentes.

A realidade diária enfrentada pelas trabalhadoras mostra que a inferiorização das mulheres no mercado de trabalho sustentava-se em preconceitos e não em dados estatísticos comprováveis, sendo que na prática, as mulheres trabalhavam mais e reclamavam menos. A suposta docilidade feminina, não se constitui numa característica natural das mulheres, mas fruto do arquétipo de educação culturalmente direcionada às mulheres que as projetam – mesmo insatisfeitas e discordando – para acatar ordens, não questionar e aceitar as imposições masculinas. Tal postura passiva é, portanto, produto de uma construção social patriarcal que condiciona, oprime, domina e sempre coloca as mulheres em condição de submissão, reforçada por diversas instituições, especialmente pelas empresas deste contexto.

As queixas das trabalhadoras apontam que os locais de trabalho apresentavam-se como ambientes hostis. Os assédios relatados parecem fazer parte de todos os ambientes que empregavam mulheres, principalmente às que não possuíam qualificação – as entrevistadas compunham diferentes ramos e diferentes indústrias. Os relatos são, portanto, a concretização conforme Saffioti (2013, p. 66) “que o sexo, fator de há muito selecionado como fonte de inferiorização social da mulher, passa a interferir, de modo positivo para a atualização da sociedade competitiva, na constituição das classes sociais”. Não obstante, historicamente as ações exploratórias fazem parte da estrutura social capitalista que segrega a sociedade em classes sociais e tira proveitos econômicos desse estratagema. De acordo com a autora:

As mulheres são colocadas em funções menos prestigiosas na indústria, desenvolvendo os trabalhos mais repetitivos e fragmentários, (...) mesmo quando o nível profissional do trabalho do homem e da mulher é o mesmo, esta recebe menor remuneração e é hierarquizada abaixo daquele. A valorização da força física do homem serve de justificativa à hierarquização dos sexos. (SAFFIOTI, 2013, p. 82).

Por conseguinte, através do crescimento do número de mulheres nas fábricas a partir de 1970 os abusos e despotismos cometidos contra elas começam a ganhar visibilidade e a luta por melhores condições de trabalho e por respeito às leis trabalhistas se tornam na bandeira de luta do Jornal *Nós Mulheres*. Souza-Lobo (1991, p. 36.) aponta que,

Entre 1970 e 1980, a participação das mulheres na força de trabalho do setor industrial no Brasil passou por mudanças, tanto quantitativas quanto qualitativas, que se traduziram no aumento global da porcentagem de operárias e na modificação de sua distribuição entre os diferentes ramos industriais. Concentradas anteriormente em setores tradicionalmente femininos, como o têxtil, o de vestuário e o de calçados, as mulheres passaram a participar de outros ramos industriais, principalmente determinados segmentos da indústria metalúrgica.

O jornal, por sua vez, problematizou a desigualdade laboral entre gêneros, sugeriu que o trabalho realizado pelos homens, classificado como pesado era tão importante quanto o trabalho fatigante e repetitivo realizado pelas mulheres. Podemos observar que a hierarquização de funções se baseia em constructos mentais e sociais sustentados na tradição da dominação masculina, que desqualificam a mão-de-obra feminina.

A classe operária não apenas tem “dois sexos”, tem também duas cores

A leitura do jornal indica que o objetivo principal das matérias lançadas pelo *Nós Mulheres* era a conscientização da massa trabalhadora feminina sobre os direitos trabalhistas que possuíam e instigá-las para que pudessem usá-los como ferramenta contra as discriminações que sofriam. No que tange à legislação trabalhista, Fraccaro (2018, p. 176), ressalta que há muito já havia se consolidado “a noção de que o caráter patriarcal da legislação de proteção às mulheres interessava mais aos homens, que pretendiam repeli-las do mercado laborativo do que regulavam as relações de trabalho”. Era justamente esse ponto da legislação que precisava ser reestruturado, pois deveriam fazer sentido para as trabalhadoras, atender suas demandas e melhorar de fato a prática trabalhista feminina. De acordo Souza-Lobo (1991), “Foi nessa época que a taxa de sindicalização entre trabalhadores dos dois sexos deu um grande salto, mais notável, porém, entre as operárias, em especial após 1976” – ano de lançamento do jornal *Nós Mulheres* que em seu nº 1 trouxe a matéria sobre direitos trabalhistas, sindicalização e outros assuntos trabalhistas de interesse feminino. Para a autora, o alto índice de sindicalização feminina tem uma estreita relação com os movimentos sociais de mulheres que atuavam naquela época.

Houve vários movimentos sociais de mulheres interligados com as questões do trabalho, sobretudo, a imprensa feminista. A partir de 1976, gradualmente, sem muita articulação com o conjunto integrado, algumas mulheres de determinadas categorias começaram a inserir-se nos sindicatos e a fazer suas próprias reivindicações, nesse sentido as

trabalhadoras da metalurgia, foram pioneiras. O crescimento constante do número de sindicalização, a progressiva conscientização referente aos direitos trabalhistas resultou no primeiro congresso das mulheres metalúrgicas de São Bernardo em 1978. Evento que, apesar de simbolizar apenas passos iniciais de luta, serviu de inspiração para operárias de outros segmentos e foi ponto de partida para as mulheres do ramo da metalurgia reivindicar direitos e denunciar opressões que atingiam especificamente as mulheres.

Nesta perspectiva, segundo Souza-lobo (1991) umas das principais denúncias realizadas durante congresso das metalúrgicas em 1978 dizia respeito aos preconceitos raciais sofridos pelas trabalhadoras no interior das indústrias. Essa informação reforça que grande parte do operariado era formado por mulheres negras. Revela ainda que as discriminações raciais acompanhavam a trajetória laboral das mulheres negras ao longo das décadas. Os reflexos desse quadro histórico, todavia afetou de maneira contundente e perene a vida social e econômica das mulheres negras. Atualmente, sobretudo através das redes sociais, são expostas situações que demonstram que o racismo laboral contra as mulheres, lamentavelmente, ainda é institucionalizado.

Considerando a quantidade total de edições, o Jornal *Nós Mulheres* dedicou espaço importante para as mulheres negras desde a primeira edição, entretanto inicialmente, as reportagens não apresentaram distinções referentes à cor de pele das entrevistadas. Foram referenciadas apenas pela condição de trabalhadoras. Contudo, equiparar os problemas da mulher negra aos da mulher branca é desconsiderar todo o passado de opressão do qual as mulheres negras continuavam sendo vítimas. Desse modo, gradativamente o jornal *Nós Mulheres* começou a perceber que existia um prejuízo social a mais sobre elas. Por conseguinte, o formato das abordagens foi se modificando. Nesse sentido, a capa nº 5 trouxe a seguinte chamada: “*Racismo uma opressão a mais*”. A partir da quarta edição, foram incluídas questões envolvendo gênero e raça, imprimindo nova roupagem às reportagens.

Buscando cada vez mais inserir a mulher negra ao debate feminista a edição nº 5 lançou uma reportagem sobre a comemoração da abolição da escravatura e a importância dessa data para os negros, na qual realizou um debate com cinco mulheres negras. Elas expuseram as experiências em torno de preconceitos raciais sofridos, sobretudo na área trabalhista. Uma delas, falou da sua experiência em torno da dificuldade para conseguir emprego por conta do cabelo crespo:

Um dia saí procurando emprego e não consegui nada. Até que fui a uma agência e lá me disseram: - “o povo brasileiro é muito ignorante, se você arrumar uma peruca fica mais fácil arrumar trabalho.” Minha situação era muito difícil. Comprei uma peruca e lá fui. Me aceitaram no primeiro escritório. Trabalhei três meses com aquela coisa na cabeça, até me enchi e tirei: fui mandada embora em seguida. (NÓS MULHERES, nº 5, Junho, 1977, s.p.).

Uma das entrevistadas sintetizou qual é a condição social da mulher negra na sociedade brasileira: “ser preto nada mais é do que ter todos os problemas do branco, só que aumentados. Ser crioula é ter todos os problemas da mulher mais os da cor”. (Nós Mulheres, 1976, s.p.). O relato demonstra o alto nível do preconceito racial no Brasil, notadamente, nos locais de trabalho, dificuldades que as projetavam para a margem da sociedade. Problematizaram o imbróglio particular da mulher negra, a inter-relação de preconceitos e discriminações, que aparentemente, ainda não haviam sido pensadas pela equipe jornalística do *Nós Mulheres* – formada, predominantemente por mulheres brancas.

Até então o jornal ainda não havia destacado a diferença racial entre as mulheres. Discutia a opressão e a luta feminina de forma integrada, considerando apenas o gênero, não separando a luta da mulher negra da luta do conjunto total de mulheres. Neste aspecto, as entrevistadas, de maneira vanguardista, debateram o que viria a ser denominado como “interseccionalidade” importante conceito para balizar a conexão de discriminações que pairam sobre as mulheres negras para, assim, tratá-las de maneira equilibrada no que tange às demandas feministas. Este termo nasce a partir das reflexões de Kimberlé Crenshaw, considerando que:

A questão é reconhecer que as experiências das mulheres negras não podem ser enquadradas separadamente nas categorias da discriminação racial ou da discriminação de gênero. Ambas as categorias precisam ser ampliadas para que possamos abordar as questões de interseccionalidade que as mulheres negras enfrentam. (CRENSHAW, 2019, p. 8).

Conforme ressalta esta autora, caso as especificidades sejam desconsideradas, a mulher negra será sempre prejudicada, pois está duplamente atingida pelas discriminações, mas ofuscadas pelas categorias dominantes de cada grupo. Além disso, ela destaca que:

As mobilizações se baseiam nos interesses das pessoas racialmente dominantes nos movimentos de mulheres, as brancas. E nas dominantes quanto ao gênero, nos movimentos contra o racismo, os homens negros [...] essa situação torna as mulheres negras invisíveis. (CRENSHAW, 2019, p. 14).

A obra de Ângela Davis, (2016, p. 17) nos mostra que a herança da escravidão no Brasil assemelha-se a experiência dos Estados Unidos, de modo que “o enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão”. Essa situação se reproduziu ao longo do tempo e ainda permanece atual. Não obstante, são as mulheres negras quem normalmente ocupavam os subempregos, independente da área de atuação, eram vítimas tanto de discriminações de gênero como de raça, a exemplo, das metalúrgicas negras que no congresso de 1978 denunciaram os racismos sofridos nos locais de trabalho. Situação que se afirmou também através da fala de Creuza Maria Oliveira⁴

Em 1986, entrei para o Movimento Negro Unificado (MNU) e comecei a ter uma consciência sobre o que era o impacto do racismo na nossa condição de trabalhadoras domésticas. Somos cerca de 7 milhões de pessoas no Brasil e 95% são mulheres e negras. (BRASIL, 2013, p. 17).

Essa realidade se perpetua ao longo dos anos. Na atualidade os dados relevam que a maioria das empregadas domésticas são mulheres negras e vendem seus serviços para famílias, na maioria das vezes, formadas por mulheres brancas. Para Bairros (2008, p. 141),

Fala-se da escravidão das tarefas domésticas que fecham a mulher em geral num mundo estreito, mas a mulher negra, sem maior motivo de espanto por parte de quem elabora esses discursos, é a empregada doméstica, desrespeitada e mal remunerada por excelência.

A marginalização da mão-de-obra da mulher negra caracteriza-se como uma mazela social histórica, e muitas vezes as mulheres brancas, possivelmente até inconscientemente, contribuíram com a manutenção desse status quo. Segundo Davis (2016, p. 95):

⁴ Integrante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Militante do Movimento Negro (MNU) e do Partido dos Trabalhadores (PT). Fundadora do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas da Bahia e atual Presidenta da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas.

Depois de um quarto de século de “liberdade” um grande número de mulheres negras ainda trabalhava no campo. Aquelas que conseguiram ir para a casa-grande encontraram a porta trancada para novas oportunidades – a menos que preferissem, por exemplo, lavar as roupas em casa para diversas famílias brancas em vez de realizar serviços domésticos variados para uma única família branca. Apenas um número infinitesimal de mulheres negras conseguiu escapar do campo, da cozinha ou da lavanderia.

São muitas as barreiras sociais que impedem as mulheres negras de estudar, qualificar-se, ocupar melhores postos de trabalho e avançar economicamente. Lamentavelmente, ainda são visualmente, associadas a empregadas domésticas. Por outro lado, é importante reconhecer o valor das ações afirmativas nesse sentido e comemorar os avanços. Hoje há representantes negras em cargos considerados de alto escalão como juízas, diplomatas etc. Mulheres que desafiam a “ordem natural” e se recusam a viver o que a sociedade branca delineou para elas. As ações ganharam visibilidade a partir da adesão pelas mulheres negras ao movimento de emancipação feminina que acontecia no Brasil, elas conseguiram mostrar que tinham problemas específicos, causados exclusivamente pela cor da pele.

A inserção das mulheres negras no movimento feminista possibilitou que elas lutassem para evidenciar que as suas demandas eram diferentes e não poderiam ser incluídas de maneira homogênea no rol de questões das mulheres brancas, totalmente dissociadas da realidade em que viviam. Para Ribeiro (2015), a postura das mulheres brancas diante das especificidades das mulheres negras corroborou para que feminismo negro não se desenvolvesse com vigor entre as décadas 1960 e 1970. Diante disso,

A partir do encontro em Bertioga, [em 1985] se consolida entre as mulheres negras um discurso feminista, uma vez que em décadas anteriores havia uma rejeição por parte de algumas mulheres negras em aceitar a “identidade feminista”. Isso acontecia devido ao fato de não se identificarem com um movimento até então majoritariamente branco e de classe média e pela falta de empatia em perceber que mulheres negras possuem pontos de partidas diferentes, especificidades que precisam ser priorizadas. (RIBEIRO, 2015, s.p.).

Para a autora, a despeito de haver participação de mulheres negras em eventos femininos e feministas em momentos anteriores ao encontro de Bertioga, a ausência da compreensão das mulheres brancas foi determinante para a adesão tardia das mulheres negras ao feminismo. De acordo com Bairros (2008), apesar da importância da mulher branca de

classe média, no sentido de dar os primeiros passos em direção à luta por direitos femininos, de maneira geral, ainda que haja exceções, esse mesmo grupo de mulheres, foram educadas para naturalizar as discriminações raciais, assim percebem apenas as diferenças sociais referentes ao gênero e não conseguem ver que tais discriminações raciais maximizam as desigualdades à que as mulheres negras sempre estiveram expostas e muitas vezes, ainda que inconscientemente, até contribuem para potencializar as desigualdades de classe entre as mulheres negras e elas. Desse modo é possível propor que o passado escravo das mulheres negras trouxe uma carga opressiva a mais, que muitas vezes não foi reconhecida e nem respeitada pelo conjunto total de mulheres, forçando as feministas negras a assumir uma bandeira de luta autônoma.

Considerações finais

A partir da discussão aqui apresentada, podemos observar que história do feminismo é permeada por divergências de interesses entre mulheres brancas e negras, uma vez que a questão racial, cultural, social, econômica são determinantes para compreender que a opressão contra as mulheres não pode ser vista de forma homogênea. Retomo as palavras de Ribeiro (2015, s.p.) quando afirma que, “enquanto [...] tratarem a questão racial como birra, disputa, em vez de reconhecerem seus privilégios e pontos de partida, o movimento não avança, só reproduz as velhas e conhecidas lógicas de opressão” que, como saldo traz apenas fragmentação e, conseqüentemente, a impossibilidade de completude da luta feminista. Diante disso, é fundamental compreender a realidade das mulheres negras a partir do conceito de interseccionalidade, no sentido de minimizar os prejuízos históricos e demandas específicas no que diz respeito ao mundo do trabalho, das relações culturais e afetivas. Não podemos negar os avanços conquistados ao longo dos anos, mas a realidade nos mostra que há ainda um longo caminho a ser percorrido.

Em sua pesquisa Elisabeth Souza-Lobo (1991) afirmou que a classe operária não é formada apenas por homens, isto é, que a classe operária tem “dois gêneros”. No entanto, no presente trabalho, foi possível ampliar essa análise, uma vez identificada também a questão racial em edições de *Nós Mulheres*. Destarte, as reflexões aqui tecidas acerca desse periódico evidenciaram a diferença entre as demandas trazidas pelas operárias brancas e pelas operárias

negras. A análise das entrevistas daquelas operárias negras, nos mostram que a classe operária não apenas tem dois sexos, mas tem também duas cores, parafraseando Souza- Lobo.

Referências

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Prêmio Mulheres Negras Contam sua História – 2013**. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

BAIROS, Luiza. Mulher Negra e o Feminismo. In.: COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecília Maria B. (Org.). **O Feminismo do Brasil**: reflexões teóricas e perspectivas. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.

CRENSHAW, Kimberlé. **A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero**. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>. Acesso em 05 de Julho de 2019.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**; tradução Heci Regina Candiani. -1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

FRACCARO, Glaucia. **Os direitos das mulheres**: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários**: Nos tempos da imprensa Alternativa. 1 ed; Editora Página Aberta Ltda, 1991.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. **Marxismo, psicanálise e o feminismo brasileiro**. Campinas, SP: UNICAMP/ IFCH, 2017.

NÓS MULHERES. **Memórias de Carolina de Jesus**, São Paulo, nº 4, Março/Abril, 1977.

NÓS MULHERES. **Editorial**, São Paulo, nº 1, Junho, 1976.

NÓS MULHERES. **Procura - se uma esposa**. São Paulo, nº1, Junho, 1976.

NÓS MULHERES. **Trabalho. Trabalho. Trabalho. Na casa dos outros.** São Paulo, nº1, Junho, 1976.

NÓS MULHERES. **Trabalho. Trabalho. Trabalho.** Margaridas no asfalto, São Paulo, nº1, Junho, 1976.

NÓS MULHERES. **Quando o apito da fábrica de tecido...**, São Paulo, nº1, Junho, 1976.

NÓS MULHERES. **Nós Mulheres: Operárias... Bem cedo vai pro trabalho,** São Paulo, nº1, Junho, 1976.

NÓS MULHERES. **Trabalho. Trabalho. Trabalho: Lugar de fogão não é só na cozinha,** São Paulo, nº1, Junho, 1976.

NÓS MULHERES. **Trabalho. Trabalho. Trabalho: direitos da mulher,** São Paulo, nº1, Junho, 1976.

NÓS MULHERES. **89 anos depois,** São Paulo, nº 5, Junho/julho 1977.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** 2015. Disponível em: <http://lugardemulher.com.br/quem-tem-medo-do-feminismo-negro/>. Acesso em 12 de junho de 2019.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade - .3.ed.-** São Paulo : Expressão popular, 2013.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: Trabalho, dominação e resistência.** São Paulo: Perseu Abramo, 1991.

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980).** São Paulo: Intermeios, 2013.